

5

Qual é a base de cálculo do IBS e da CBS nas importações?

Valor aduaneiro para bens materiais, apurado segundo as normas do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT 1994), e o valor da operação ou da prestação para bens imateriais, inclusive direitos, e serviços.

Quais são os regimes tributários e aduaneiros especiais que suspendem a exigência do IBS e da CBS, assegurando a manutenção e o aproveitamento dos respectivos créditos?

Admissão Temporária, Depósito Afiançado, Depósito Alfandegado Certificado, Depósito Especial, Depósito Franco, Drawback, Entrepósito Aduaneiro, Exportação em consignação, Exportação Temporária, Loja Franca, RECOF, Repetro-Sped, REPEX, REPORTO, Trânsito Aduaneiro, Áreas de Livre Comércio, Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental, e Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

6

7

Durante o período de transição estabelecido pela Emenda Constitucional nº 132, quais Regimes Tributários e Aduaneiros Especiais permanecem vigentes?

Todos os Regimes Tributários e Aduaneiros Especiais, juntamente com suas respectivas hipóteses de desoneração tributária previstas no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e nas normas regulamentadoras correspondentes, permanecem mantidos.

O que os entes federativos competentes devem fazer durante o período de transição em relação aos Regimes Aduaneiros e Tributários Especiais?

Devem realizar adaptações necessárias para ajustar a nomenclatura e os procedimentos dos Regimes Aduaneiros e Tributários Especiais, no prazo de 120 dias a partir da publicação da Lei Complementar, de modo a abranger os tributos previstos nos artigos 153, inciso I; 155, inciso II; 156-A; 195, inciso I, alínea "b", inciso IV e inciso V, da Constituição Federal.

8

9

Até quando as desonerações tributárias específicas previstas em determinados decretos e leis permanecem vigentes em relação ao IBS e à CBS?

Permanecem vigentes até 31 de dezembro de 2040, inclusive, em relação ao IBS e à CBS.